

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

CREDENCIAMENTO Nº 004/2024 PROCESSO LICITATÓRIO: 196/2024

A presente licitação, na modalidade de CREDENCIAMENTO, objetivando a **contratação de prestadores de serviço em laboratório de patologia clínica, visando a realização de exames, conforme descritivo no link: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>**, regula-se, pela Lei 14.133/21, por edital constituído de partes e anexos na seguinte sequência:

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL:

ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO I.1	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I.2	ANALISE DE RISCO
ANEXO II	PLANILHA DE CUSTOS
ANEXO III	PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO V	MODELO MINUTA DE CONTRATO

ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS: A partir das 12h30m do dia 25/07/2024 até às 12h30m do dia 25/07/2025.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BLL Compras, disponível no endereço <https://bll.org.br>.

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Os procedimentos deste credenciamento serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, endereço eletrônico: <https://l1nk.dev/SxJVg>, no Portal do BLL Compras, no endereço eletrônico <https://bll.org.br/editais/>, e, no PNCP, endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº. 8.190/2024; Decreto Municipal nº 8.202/2024, Decreto 8.252/2024.

1 - DO OBJETO:

O presente edital tem como objeto a **contratação de prestadores de serviço em laboratório de patologia clínica, visando a realização de exames, conforme descritivo no link:**

<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>, tornando público que o Município de Ouro Preto/MG receberá a partir das 12h30m do dia 25/07/2024 até às 12h30m do dia 25/07/2025, as solicitações de credenciamento pelos interessados no site <https://bll.org.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

OBSERVAÇÕES:

a) Os serviços deverão ser executados conforme as condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I).

b) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

b.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é destinado ao atendimento de demandas dos serviços de saúde do município, que são contínuos e ininterruptos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a permanência dos prestadores na rede, bem como a sua continuidade.

c) Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato.

2 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, o interessado em participar do Credenciamento deverá dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto à Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br>).

2.2. Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este credenciamento.

2.2.1. É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

2.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, do (a) Agente de contratação e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. Em se tratando de ME e EPP, nos termos da Lei Complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como ME e EPP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

2.5. A participação no Credenciamento dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente cadastrado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

2.5.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: <https://bll.org.br>, na parte “Acessar”.

2.6. O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital mediante o encaminhamento da proposta.

2.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo à BLL Compras responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

2.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.10. O licitante deverá comunicar imediatamente à BLL Compras (provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso

2.11. Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico do BLL Compras.

3 - DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Ouro Preto através da Secretaria Municipal de Saúde .

3.2 - Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

- a) Cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia autenticada ao ato constitutivo, estatuto social, contrato social primitivo e a última alteração contratual ou a última alteração contratual consolidada, devidamente registrado, **em se tratando** de empresas comerciais, e **no caso** de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais;
- c) Cópia autenticada da inscrição de ato constitutivo, **em caso** de sociedades civis, acompanhada de comprovação da diretoria em exercício;

REGULARIDADE FISCAL

- d) Prova de regularidade de tributos e contribuições com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante (incluindo Dívida Ativa), na forma da lei;
 - d.1) Relativamente à Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão conjunta negativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições para com a Seguridade Social – INSS;
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) Certificado de Regularidade para com o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (sítio: www.caixa.gov.br);
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas ou positiva com efeitos de negativa (CNDT);
- i) Declaração unificada, conforme modelo apresentado no “**Anexo V**”;

OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Carta Solicitando o credenciamento, indicando o nome e CPF do responsável pela assinatura do Contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo III**;
- b) Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, Carteira de Identidade),

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

para praticar todos os atos necessários em nome da empresa, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato.

c) O contratado deverá apresentar declaração formal do seu responsável técnico atestando que conhece os locais e as condições da realização dos serviços.

Obs. 1 – As declarações ora solicitadas deverão ser apresentadas individualmente;

Obs. 2 – Em caso de isenção de cadastro, a credenciada deverá apresentar documentação do órgão responsável pela emissão do mesmo, informando os motivos da isenção.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

c) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

d) O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

e) Declaração de que o interessado possui matriz ou posto de coleta em local no município de Ouro Preto (sede ou distrito).

f) Alvará Sanitário emitido pela Secretaria de Saúde, em vigência na abertura do certame;

g) Cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, em vigência na data da abertura do certame;

i) Cópia do diploma de todos os profissionais com respectivo registro junto aos conselhos;

j) Registro do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional e comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva, reconhecida

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

nacionalmente, juntamente o registro de todos os profissionais emitido pelo conselho profissional correspondente;

k) Declaração de que a empresa tem capacidade instalada para atender ao município, de acordo com as normas previstas pela ANVISA, bem como à realização dos exames e sua (s) respectivas (s) capacidade(s) de produção, quadro técnico de profissionais e respectivas escalas de trabalho.

l) Cópia do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde em OURO PRETO para realizar o faturamento através do SIA – Sistema de Informação Ambulatorial/SUS;

m) Declaração de todas as exigências previstas na NR 32 (Portaria TEM nº 485, de 11 de novembro de 2005) que rege a Segurança e Saúde no Trabalho em serviços de Saúde, cópia do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) adequado a NR 32, cópia do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) adequado a NR 32, incluindo comprovação vacinal e fornecimento de equipamentos de proteção individual, comprovação de capacitação dos colaboradores nas normas de segurança previstas nos dois programas;

n) Comprovação de Controle de Qualidade por órgão competente.

4 - DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO:

4.1. Torna-se implícito que os proponentes que optarem por responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos;

4.2. O credenciamento permanecerá aberto pelo período de até 12 (doze) meses ao ano, enquanto durar a vigência deste Processo, a fim de se permitir a participação de qualquer outro prestador de serviço que preencha as condições gerais de habilitação previstas neste Termo de Referência.

4.3. A contratação se efetivará imediatamente após a análise da documentação e homologação por parte do Município.

4.4. É possível a assinatura dos termos de Contrato conforme minuta das empresas públicas e sociedade de economia mista, desde que as referidas minutas não conflitem com o disposto nos contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

5 - DOS QUANTITATIVOS E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O quantitativo foi realizado considerando a demanda crescente por exames de patologia clínica pós Pandemia de COVID 19, aumento a população considerando o censo 2020, - ampliação do protocolo de atendimento para pedidos de patologia clínica, - Necessidade de atender as equipes de Saúde da Família com exames considerados do elenco básico para atendimento à população.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

6 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. O fluxo para realização dos exames será o seguinte:

- ✓ O prescritor solicitará o exame no impresso adequado, descrevendo as justificativas e o quadro clínico do paciente (quando necessário);
- ✓ O pedido será levado pelo paciente ao prestador de serviço para agendar o(s) exame(s) e receber orientações quanto ao preparo para realizar os exames;
- ✓ O prestador do Serviço realizará o exame mediante requisição do profissional prescritor;
- ✓ É de responsabilidade do prestador de serviço realizar orientações quanto ao tratamento a ser realizado;
- ✓ Cada prestador de Serviço ficará responsável por área de abrangência a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- ✓ O prestador de serviço deverá oferecer estrutura física para atender exames de Patologia Clínica em: Bioquímica, esperma, coprologia, hematologia, hormônios, imunologia, microbiologia, urina e micologia.
- ✓ O prestador de serviço deverá avisar às UBS de sua referência quando atingir 90% (noventa por cento) da cota do mês;
- ✓ O agendamento e/ou entrega de resultados de exames deverá ocorrer mediante apresentação de documento do paciente;
- ✓ O agendamento dos exames só poderá ser realizado mediante solicitações com identificação do laboratório prestador, excetuando as requisições advindas de serviços do SUS e outros município em que o paciente realiza Tratamento Fora Domicílio, sem necessidade de transcrição.
- ✓ A Secretaria Municipal de Saúde somente efetuará o pagamento após conferência das guias e relatórios;

6.2. O prestador de serviço deverá se responsabilizar pela locomoção de seus técnicos até o local (distrito) de coleta dos exames (unidade de saúde).

6.3. O prestador de serviço deverá se responsabilizar pela adequada coleta, armazenamento e transporte do material coletado até ao laboratório.

6.4. O prestador de serviço deverá contar com profissionais (Bioquímicos e técnico de análises clínicas, coletadores) e pessoal administrativo suficiente para atender a demanda.

Para atendimento Domiciliar

6.5. Para o atendimento domiciliar, o prestador se responsabilizará pelo seu deslocamento e material necessário ao atendimento da demanda.

6.6. Fica facultado, ao Laboratório solicitar aos familiares a locomoção dos profissionais do prestador até a residência do paciente, com ônus para os familiares.

7 - EXECUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

- ✓ Os Prestadores de Serviços deverão prestar o serviço no município de OURO PRETO, sendo critério de escolha, a menor distância compreendida entre a residência do munícipe usuário e a sede do ESF – Equipe de Saúde da Família de referência, e o prestador dos serviços, ou seja, a (s) empresa (s) credenciada (s) deverá (ão) possuir um posto de coleta mais próximo dos locais abaixo discriminados, ou se deslocarem para coleta.
- ✓ O agendamento será de acordo com a demanda apresentada de cada Unidade.
- ✓ A estimativa de exames vem do seguinte cálculo:
- ✓ População da área de abrangência da ESF multiplicado pelo fator 1,5 dividido por 12 meses.
- ✓ A divisão entre os prestadores de serviço credenciados será efetuada de forma igualitária acordo com as cotas divididas por áreas de abrangência dos locais abaixo discriminados.

8 - PAGAMENTO

- ✓ A CONTRATADA apresentará ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria – SUS/OURO PRETO, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à produção do serviço, do período compreendido entre o dia 1ª a 30ª dia de cada mês, através do e-mail controle.avaliacao@ouopreto.mg.gov.br os procedimentos faturados através de BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado) ou BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado), visando facilitar a conferência e revisão dos mesmos.
- ✓ Apresentar ao Serviço do Controle, Avaliação e Auditoria/SMS/SUS/OURO PRETO junto à fatura mensal dos serviços produzidos para efeito de pagamento, os seguintes documentos:
- ✓ O formulário de solicitação de exames e relatório contendo nome do paciente, exames solicitados, valor por exame,
- ✓ A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal, após conferência do relatório pelo Serviço do Controle, Avaliação e Auditoria e entregue ao mesmo setor juntamente a comprovação de regularidade fiscais e trabalhistas mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com Efeitos de Negativa.
- ✓ Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo assinado ou rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;
- ✓ As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de dez (10) dias corridos, devendo ser reapresentadas junto com o faturamento de mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo;
- ✓ Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a CONTRATANTE exonerada do pagamento das multas e sanções

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor da CONTRATADA;

- ✓ Equiparam-se a erros, atrasos, falhas ou faltas no processamento, para efeito do item anterior, os cortes, glosas ou reduções do pagamento devido, feitos injustificadamente pela CONTRATANTE que não resultem de contas ambulatoriais rejeitadas quanto ao mérito, sujeitas à análise dos Órgãos do Sistema de Auditoria;
- ✓ As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos Órgãos de Avaliação e Controle da Secretaria Municipal de Saúde, ficando à disposição da CONTRATADA, que terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do pagamento efetuado para apresentar recurso, que será julgado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- ✓ Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica a CONTRATANTE autorizada a debitar no mês seguinte, o valor pago indevidamente por procedimentos não realizados indevidos ou impróprios, mediante prévia cientificação da CONTRATADA.

9 - DO PREÇO

- ✓ Os valores a serem pagos pelos procedimentos realizados são os constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS/Ministério da Saúde vigente,
- ✓ Para os procedimentos que não constam na referida tabela serão utilizadas as tabelas CBHPM e AMB (última versão), desde que autorizados e regulados pelo Serviço de Regulação/SMS OURO PRETO.
- ✓ Valor estimado do processo de licitação - Credenciamento é de **R\$ 5.040.000,00 (cinco milhões quarenta mil reais)** por ano, a ser dividido entre os prestadores de serviço, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde, observando a estimativa do quantitativo mensal apresentado no quadro 2 do ETP.

10 - DOS ESCLARECIMENTOS, RECURSOS, CONTRARRAZÕES E IMPUGNAÇÕES

10.1. Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente Edital serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação - CPL no endereço constante deste edital, ou pelo telefone (31) 3559-3301, E-mail compras@ouopreto.mg.gov.br, no horário de 07h às 18h; devendo todos os casos **obrigatoriamente** serem anexados na plataforma BLL Compras.

10.2. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do ato que decide pelo credenciamento ou não credenciamento.

10.3. O encaminhamento dos questionamentos e impugnações poderá, também, ser feito via postal, através da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), porém a data da postagem não será considerada e sim a data da chegada e protocolo efetivo do documento na Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura de Ouro Preto, conforme endereço supracitado; devendo em todos os casos **obrigatoriamente** serem anexados na plataforma BLL Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

10.4. As impugnações e questionamentos também poderão ser encaminhados via plataforma BLL Compras obedecendo aos seguintes requisitos:

10.4.1. Serem dirigidos aos cuidados do (a) Agente de contratação/PMOP, no prazo legal.

10.4.2. Devendo em todos os casos obrigatoriamente serem anexados na plataforma BLL Compras.

10.5. Os recursos e impugnações deverão obrigatoriamente conter **assinatura com certificado digital**.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	FONTE DE RECURSO	CÓDIGO APLICAÇÃO
02.35.01.10.302.0110. 2212	33.90.39.00	14621	1500.000	1002

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1. O credenciamento será homologado pelo Prefeito Municipal.

13 - DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A licitante a ser contratada, quando convocada pelo Município, terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, sob pena de ser excluída do processo.

13.2. O conteúdo do presente edital, dos anexos e especificações que o acompanham, fará parte integrante do contrato, independentemente de transcrição;

13.3. Para início da execução dos serviços as empresas credenciadas deverão estar em situação regular com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal (incluindo Dívida Ativa), INSS e FGTS.

14 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

14.1. A Administração poderá revogar a presente licitação ou parte dela por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15 - DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

15.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

15.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

15.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

15.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

15.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

15.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

15.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

15.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

15.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

15.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste Edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato para prestação de serviços, nos termos do §2º do Art. 90 da Lei 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

16.2. As penalidades previstas em lei e neste Edital também se aplicam aos licitantes que forem convocados nos termos do subitem anterior.

16.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções administrativas conforme previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei 13.144/2023 (Art. 155 à Art. 162).

16.5. Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento;

17.2. Após a data e horário de encerramento, estabelecidos no presente Edital não serão aceitos quaisquer documentos ou propostas.

17.3. O edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados na Gerência de Compras no endereço constante deste edital ou pelo site <https://l1nk.dev/SxJVg>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

17.4. Para início da execução dos serviços as empresas credenciadas deverão estar em situação regular com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal (incluindo Dívida Ativa), INSS e FGTS.

17.5. Fica o foro da Comarca de Ouro Preto eleito para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

Ouro Preto, 19 de julho de 2024.

Alberto Frederico Gouveia
Gerente de Compras e Licitações

Victor Schittini Teixeira
OAB 163.955
Gerente do Departamento de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBSERVAÇÃO: O ETP segue em arquivo separado, anexo ao Edital.

No ETP constam as especificações e orientações para a execução adequada do objeto dessa licitação.

ANEXO I.1 – TERMO DE REFERÊNCIA

OBSERVAÇÃO: O TR segue em arquivo separado, anexo ao Edital.

No TR constam as especificações e orientações para a execução adequada do objeto dessa licitação.

ANEXO I.2 – ANÁLISE DE RISCO

OBSERVAÇÃO: A Análise de Risco segue em arquivo separado, anexo ao Edital.

Na Análise de Risco constam as especificações e orientações para a execução adequada do objeto dessa licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO I - AO TERMO DE REFERENCIA

Descrição do Quantitativo – Quadro 2 – Estimativa de Exames por Mês por Unidade de ESF

EQUIPE	ESTIMATIVA ETP	
	EXAMES/MÊS	EXAMES/ANO
Antônio Dias	3.963	47.556
Antônio Pereira I	3.538	42.456
Antônio Pereira II		
Bauxita/Vila Aparecida	5.258	63.096
Topázio	1.193	14.316
Flor do Carmelo	3.793	45.516
Saramenha		
Alvorada	6.178	74.136
Florescer		
Renascer		
Amarantina	1.718	20.610
Flor do Maracujá	1.717	20.610
Nova Aliança	1.710	20.520
Vida	1.709	20.508
Bem Viver	1.628	19.536
Turmalina	1.628	19.536
Caminho dos Diamantes	1.353	16.236
Manoca	3.858	46.296
Andorinhas	3.698	44.376
Beija-Flor		
Caminhar	2.228	26.736
Tulipas	1.913	22.956
Águas	1.193	14.316
Veredas	1.458	17.496
Pedra Sabão	1.243	14.916
Flor de Liz	2.968	35.616
Serviço de Atendimento Domiciliar SAD	462	5.544
Total	54.407	652.884

Fonte: Secretaria de Saúde de Ouro Preto /Gerencias de Atenção Primária, Secundária e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUAN T	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SERVIÇO – Credenciamento para contratação de laboratório de patologia clínica, visando a realização de exames, conforme descritivo no link http://sigtap.dasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp , da tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS/Ministério da Saúde	UNID	12	R\$420.000,00	R\$5.040.000,00
TOTAL				R\$5.040.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO III - PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 004/2024

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada à,
Bairro....., Município de, por seu representante legal , vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

_____, ____ de _____ de 20____

Assinatura e carimbo (representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Ref.: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 004/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei:

- a)** Declara que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo termina o inciso VI, do artigo 68, da Lei Federal n. 14.133/21, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;
- b)** Declaração do licitante que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (para empresas a partir de cem funcionários);
- d)** Declara que detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- e)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f)** Declaração do licitante que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- g)** Que não se enquadra nas vedações previstas no §1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021;
 - g.1)** Que se enquadra em todas as condições de participação descritas neste Edital.
- h)** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

(LOCAL), ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA (NOME, RG E CPF/MF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PROPONENTE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E

Ref. Credenciamento 004/2024

Processo Licitatório: 196/2024

Contrato de prestação de serviços, Nº ____/2024, Credenciamento Eletrônico nº 004/2024, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado **MUNICÍPIO D OURO PRETO**, localizado na Praça Barão do Rio Branco nº 12 no bairro Pilar, na cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 18.295.295/0001-36, neste ato representado por _____, doravante nominada **Contratada**, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, pessoa jurídica de direito público, localizada ENDEREÇO, na cidade de _____, estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sr(a). _____, de agora em diante denominados **Contratantes**, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a **contratação de prestadores de serviço em laboratório de patologia clínica, visando a realização de exames, conforme descritivo no link: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>**, conforme edital de Credenciamento Eletrônico nº 004/2024.

1.2 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital de Licitação;
- 1.2.3 A proposta da contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é destinado ao atendimento de demandas dos serviços de saúde do município, que são contínuos e ininterruptos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a permanência dos prestadores na rede, bem como a sua continuidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. As responsabilidades da CONTRATANTE são aquelas elencadas no Item 8.1. – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE do Termo de Referência (Anexo I.1).

3.2. As responsabilidades da CONTRATADA são aquelas elencadas no Item 9.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência (Anexo I.1).

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Dos Preços:

4.1.1 O valor da contratação é de R\$ _____

4.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2 - PAGAMENTO

- ✓ A CONTRATADA apresentará ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria – SUS/OURO PRETO, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à produção do serviço, do período compreendido entre o dia 1ª a 30ª dia de cada mês, através do e-mail controle.avaliacao@ouopreto.mg.gov.br os procedimentos faturados através de BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado) ou BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado), visando facilitar a conferência e revisão dos mesmos.
- ✓ Apresentar ao Serviço do Controle, Avaliação e Auditoria/SMS/SUS/OURO PRETO junto à fatura mensal dos serviços produzidos para efeito de pagamento, os seguintes documentos:
- ✓ O formulário de solicitação de exames e relatório contendo nome do paciente, exames solicitados, valor por exame,
- ✓ A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal, após conferência do relatório pelo Serviço do Controle, Avaliação e Auditoria e entregue ao mesmo setor juntamente a comprovação de regularidade fiscais e trabalhistas mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com Efeitos de Negativa.
- ✓ Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo assinado ou rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;
- ✓ As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de dez (10) dias corridos, devendo ser reapresentadas junto com o faturamento de mês subsequente àquele em que

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo;

- ✓ Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a CONTRATANTE exonerada do pagamento das multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor da CONTRATADA;
- ✓ Equiparam-se a erros, atrasos, falhas ou faltas no processamento, para efeito do item anterior, os cortes, glosas ou reduções do pagamento devido, feitos injustificadamente pela CONTRATANTE que não resultem de contas ambulatoriais rejeitadas quanto ao mérito, sujeitas à análise dos Órgãos do Sistema de Auditoria;
- ✓ As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos Órgãos de Avaliação e Controle da Secretaria Municipal de Saúde, ficando à disposição da CONTRATADA, que terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do pagamento efetuado para apresentar recurso, que será julgado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- ✓ Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica a CONTRATANTE autorizada a debitar no mês seguinte, o valor pago indevidamente por procedimentos não realizados indevidos ou impróprios, mediante prévia cientificarão da CONTRATADA.

4.3. DO PREÇO

- ✓ Os valores a serem pagos pelos procedimentos realizados são os constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS/Ministério da Saúde vigente,
- ✓ Para os procedimentos que não constam na referida tabela serão utilizadas as tabelas CBHPM e AMB (última versão), desde que autorizados e regulados pelo Serviço de Regulação/SMS OURO PRETO.
- ✓ Valor estimado do processo de licitação - Credenciamento é de **R\$ 5.040.000,00 (cinco milhões quarenta mil reais)** por ano, a ser dividido entre os prestadores de serviço, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde, observando a estimativa do quantitativo mensal apresentado no quadro 2 deste termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO:

5.1. Os Prestadores de Serviços deverão prestar o serviço no município de OURO PRETO, sendo critério de escolha, a menor distância compreendida entre a residência do munícipe usuário e a sede do ESF – Equipe de Saúde da Família de referência, e o prestador dos serviços, ou seja, a (s) empresa (s) credenciada (s) deverá (ão) possuir um posto de coleta mais próximo dos locais abaixo discriminados, ou se deslocarem para coleta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

5.2. O agendamento será de acordo com a demanda apresentada de cada Unidade.

5.3. A estimativa de exames vem do seguinte cálculo:

5.4. População da área de abrangência da ESF multiplicado pelo fator 1,5 dividido por 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Fica designado como fiscal técnico o servidor Jonas Roque Ferreira matrícula 42.894, conforme item 3.7 do Termo de Referência;

6.2. Fica designado como gestor(a) do contrato o(a) servidor(a) Rosilene Pinheiro Maria Gualberto, matrícula: 11.306, conforme item 3.13 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

7.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	FONTE DE RECURSO	CÓDIGO APLICAÇÃO
02.35.01.10.302.0110. 2212	33.90.39.00	14621	1500.000	1002

7.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

9.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 14.133/2021:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Único - Nos casos de rescisão acima mencionados, a contratante não indenizará a contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções administrativas conforme previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei 13.144/2023 (Art. 155 à Art. 162).

12.3. Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

13.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

13.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

13.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Edital de Licitação do Credenciamento Eletrônico nº 004/2024, bem como ao seu Termo de Referência (Anexo I.1), sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. A contratante fará a publicação do resumo deste contrato no “Minas Gerais” para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ouro Preto para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ouro Preto, _____ de _____ de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Leandro Leonardo de Assis Moreira
Matrícula: 45032
Secretário de Saúde

Rosilene Pinheiro Maria Gualberto
Matrícula: 11306
Farmacêutica

Jonas Roque Ferreira
Matrícula: 42894
Técnico de análises clínica

Maria do Pilar Alves
Matrícula: 36706
Gerente de planejamento

Cícero de Assis Figueiredo
Matrícula: 13934
Diretor de Resolução de Demandas Judiciais

Luiza Polliana Godoy Paiva Gouveia
Matrícula: 13211
Diretora de Programas e Estratégias

Junio Jose Rodrigues Carioca
Matrícula: 44808
Diretor de Gestão de Suprimentos

EMPRESA